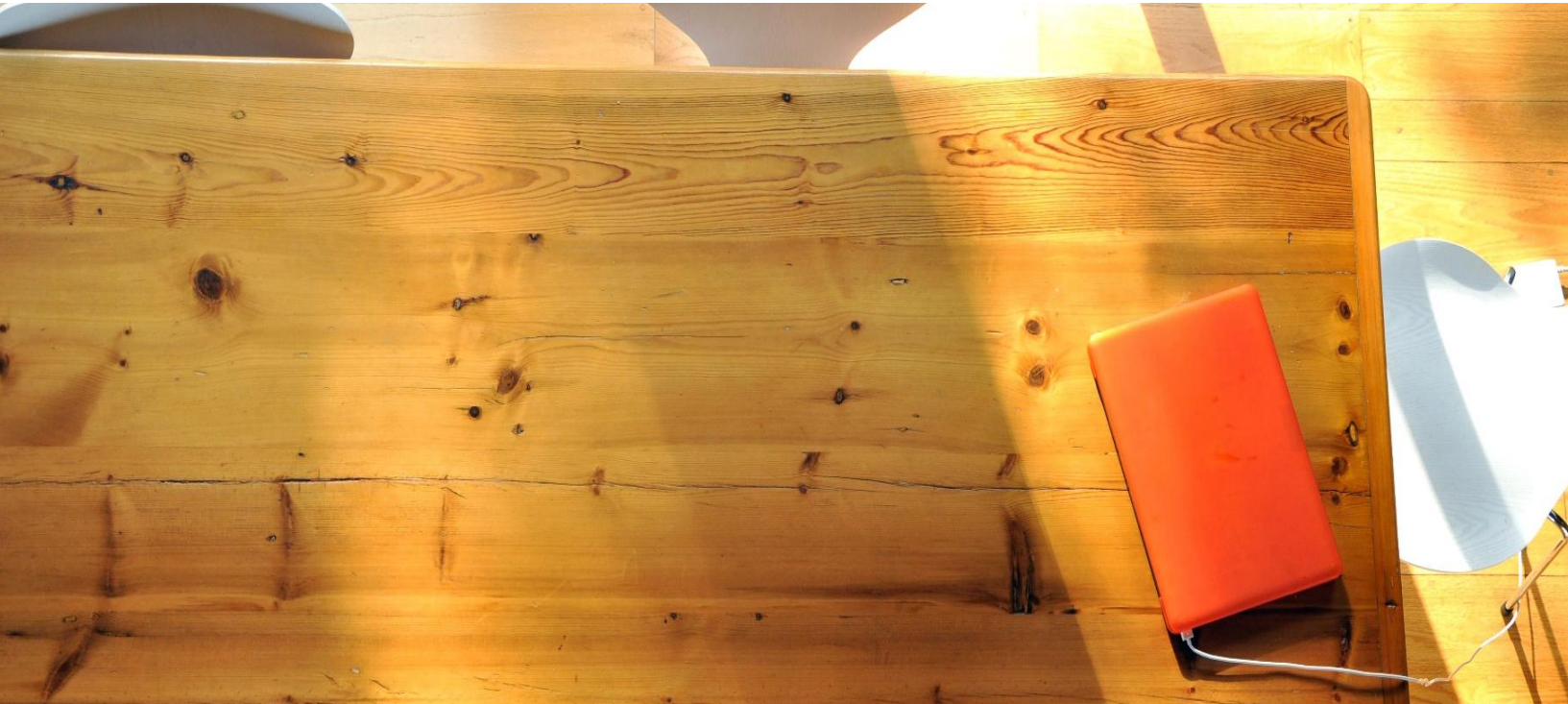




ASSOCIAÇÃO AVINA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2025

Com o relatório dos auditores independentes

ASSOCIAÇÃO AVINA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2025

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 3

Demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores
Associação Avina
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Avina (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Avina em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades sem finalidade de lucro (*ITG 2002(R1) – Entidades sem finalidade de lucros*).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2026.

Crowe Macro Auditores Independentes
CRC-2SP033508/O-1

Diego Del Mastro Monteiro
Contador – CRC-1SP302957/O-3

Associação Avina

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Valores expressos em reais (R\$)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	201.074	574.383	Recursos de projetos de terceiros	6	77.085	295.121
Valores a receber		-	2.414	Obrigações tributárias		1.727	2.364
Depósitos e cauções	5	218	218	Contas a pagar		29.665	27.600
Despesas antecipadas		1.981	9.452			108.477	325.085
		203.273	586.467				
				Patrimônio social			
				Patrimônio social	7	94.796	261.382
						94.796	261.382
Total do ativo		203.273	586.467	Total do passivo e patrimônio líquido		203.273	586.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Avina

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro

Valores expressos em reais (R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita de projeto e custeio:			
Receita de contribuição para custeio	8	3.835	79.529
Receita de aplicação do projeto	9	10.064	(78.668)
		13.899	861
Despesas operacionais:			
Despesas com serviços prestados por terceiros	10	(170.167)	(200.867)
Outras despesas operacionais		(19.011)	(104.094)
Resultado antes do resultado financeiro		(175.279)	(304.100)
Resultado financeiro, líquido	11	8.693	14.035
Déficit do exercício		(166.586)	(290.065)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Avina

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro

Valores expressos em reais (R\$)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Déficit do exercício	(166.586)	(290.065)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(166.586)</u>	<u>(290.065)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Avina

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Valores expressos em reais (R\$)

Descrição	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	551.447	551.447
Déficit do exercício	(290.065)	(290.065)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	261.382	261.382
Déficit do exercício	(166.586)	(166.586)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	94.796	94.796

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Avina

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro

Valores expressos em reais (R\$)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(166.586)	(290.065)
Variações dos ativos e passivos operacionais		
Redução (aumento) em valores a receber	2.414	45.386
Redução (aumento) em despesas antecipadas	7.471	(7.251)
(Redução) aumento em obrigações tributárias	(637)	1.859
(Redução) aumento em recursos de projetos de terceiros	(218.036)	(459.748)
(Redução) aumento em contas a pagar	2.065	19.586
Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais	<u>(373.309)</u>	<u>(690.233)</u>
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	<u>(373.309)</u>	<u>(690.233)</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	574.383	1.264.616
Saldo final de caixas e equivalentes de caixa	201.074	574.383
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	<u>(373.309)</u>	<u>(690.233)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Avina

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Valores expressos em reais (R\$)

1. Contexto operacional

A Associação Avina é uma organização do tipo privada, com sede em São Paulo/SP, qualificada pela lei 9.790 de 23/03/99, com certificado pela OSCIP publicado em 16/05/2012, tem por objeto social a promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social comprometidas com a preservação e a conservação do meio ambiente, a promoção do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento econômico e social e o aprimoramento de estudos, pesquisas, programas e projetos de promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico.

Foi criada em 11 de julho de 2007 como CEOS/CIVILIS com fins de promoção do desenvolvimento sustentável e em 11 de maio de 2012 é qualificada como OSCIP.

Em fevereiro de 2018 com o propósito de ampliar suas atividades no Brasil, a Avina assume a gestão da antiga CEOS/CIVILIS e altera o nome para Associação Avina.

Foi criada em 24 de setembro de 2020, através de assembleia geral extraordinária a filial no Rio de Janeiro.

Através de sua governança fortalece e otimiza os processos internos, baseados no código de ética, garantindo a transparência e eficiência. O seguimento e acompanhamento de valor dos diferentes processos instalados na organização, se concretizam através das políticas internas, proteção de dados e asseguramento contínuo, garantindo o alto nível de gestão institucional.

Atualmente possui sede em São Paulo e uma filial no Rio de Janeiro.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas e sem fins lucrativos (*ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucro*, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC)).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração da Associação em 12 de fevereiro de 2026.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Associação atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, a sua moeda de apresentação. As operações com moedas estrangeiras

Associação Avina

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Valores expressos em reais (R\$)

são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1 Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas pelo princípio da competência.

3.2 Instrumentos financeiros

A Associação opera com instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), valores a receber e contas a pagar, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição de riscos de crédito, de taxa de juros e de moeda, quando possível e aplicável. Os instrumentos financeiros estão classificados como mensurado subsequentemente ao custo amortizado.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Registram os numerários em caixa, os saldos de contas correntes bancárias e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço e não ultrapassam seus respectivos valores de mercado.

3.4 Valores a receber

Os valores a receber é registrado no momento da formalização do contrato de doação ou subvenção, sendo realizado à medida que se presta contas e se executa o projeto.

3.5 Contas a pagar

Refere-se a obrigações de curto prazo junto a diversos fornecedores de bens e serviços, relacionadas a gastos destinados a manutenção operacional e administrativa realizados no ciclo operacional da Associação.

3.6 Provisões para contingências

As provisões são reconhecidas quando a Associação possui uma obrigação presente (legal ou constituída) como resultado de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.7 Recursos de projetos de terceiros

Referem-se a termos de cooperação e/ou doações recebidas de terceiros, com restrição de uso, ou seja, tem fim específico para execução de acordo com o projeto estabelecido. A Associação Avina efetua prestação de contas as entidades sobre a aplicação dos recursos recebidos.

Os recebimentos desses recursos, relacionados aos projetos são registrados em conta de passivo (ingresso diferido) e à medida que são executados são registrados no grupo de despesa correspondente.

A Associação Avina efetua prestação de contas as entidades sobre a aplicação dos recursos recebidos.

3.8 Reconhecimento da receita

A entidade reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Associação.

As doações e contribuições, por sua natureza espontânea, são reconhecidas quando se executa o recurso.

A receita de aplicação do projeto é apropriada mensalmente, pela quantidade de meses estipulada no projeto.

Associação Avina

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Valores expressos em reais (R\$)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Banco conta movimento:		
Recursos vinculados ao projeto	78.092	289.196
Recursos próprios	200	16.773
	78.292	305.969
Aplicação financeira:		
Recursos vinculados ao projeto	121.782	267.414
Recursos próprios	1.000	1.000
	122.782	268.414
	201.074	574.383

A associação tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha, as quais são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Depósitos e cauções

	2025	2024
Depósitos e cauções	218	218
	218	218

6. Recursos de projetos de terceiros

	2025	2024
Heineken	77.085	286.224
AVSI – Assoc. Voluntários Serv. Internacional	-	1.166
INCUBE	-	7.731
	77.085	295.121

A Associação Avina recebe recursos financeiros (doações/termos de cooperação), com o objetivo de serem utilizados para execução de suas atividades fins, ou seja, aplicação em projetos de desenvolvimento sustentável, social e ambiental. Os valores registrados referem-se aos recursos já recebidos, porém ainda não aplicados nos projetos sociais. Esses recursos possuem aplicação restrita.

7. Patrimônio social

O patrimônio social da entidade é composto do superávit e déficits acumulados das atividades correntes da entidade, os quais serão integralmente aplicados na manutenção de seus objetivos sociais.

Associação Avina

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Valores expressos em reais (R\$)

8. Receita de contribuição para custeio

	2025	2024
Contribuição para custeio	3.835	79.529
	3.835	79.529

Compreende uma parcela dos recursos recebidos dos projetos e em acordo com o terceiro, tem a finalidade de apoiar o custo das horas de equipe e BackOffice AVINA, no cumprimento das atividades a serem desenvolvidas. O valor é apropriado mensalmente, pela quantidade de meses estipulada no projeto.

A variação na contribuição de custeio do ano de 2025, se deve a redução do recebimento de aportes para projetos do ano.

9. Receita de aplicação do projeto

Compreende os recursos recebidos da Fundación Avina do Panamá e do Brasil, como associada mantenedora, com o objetivo de custear as operações, além das doações recebidas de terceiros. Em função da entidade ser sem fins lucrativos, sobre essas receitas não incidem impostos.

	2025	2024
Receita de aplicação do projeto		
Receita de projetos	376.196	1.026.679
Receita de implementação de programas	95.019	113.171
Outras receitas	5.243	36.609
	476.458	1.176.459
 Despesas de aplicação do projeto		
Contrapartida financeira direta	(18.174)	(895.913)
Honorários serviços prestados – PJ	(441.831)	(183.145)
Passagens	-	(13.291)
Outros	(6.389)	(162.778)
	(466.394)	(1.255.127)
	10.064	(78.668)

10. Despesas com serviços prestados por terceiros

	2025	2024
Honorários serviços prestados – PJ	(166.729)	(171.367)
Serviços de terceiros – PJ	(3.438)	(29.500)
	(170.167)	(200.867)

Associação Avina

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Valores expressos em reais (R\$)

11. Resultado financeiro, líquido

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	15.346	23.370
	15.346	23.370
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(6.653)	(9.335)
	(6.653)	(9.335)
	8.693	14.035

12. Provisão para contingências

A Associação no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível.

A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais em quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Associação não possui processos contingentes de natureza passiva classificados pelos seus assessores legais com a possibilidade de perda provável, bem como processos com probabilidade de perda possível passíveis de divulgação.

13. Voluntariado

Atendendo à resolução nº. 2015/ITG2002(R1), que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) "Entidades sem fins de lucros", que define que o valor voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo de prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Associação durante os exercícios de 2025 e de 2024.

As horas voluntárias estão relacionadas às reuniões de Conselho bem como trabalhos da Diretoria, as quais financeiramente não são relevantes e por entendimento da Administração, não foram registradas. Por definição estatutária a Associação não remunera, a qualquer título, os seus conselheiros.

14. Aspectos fiscais

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superavit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da Associação, desde que atendidas as demais condições legais.

A Associação enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superavit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da Associação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Associação.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacamos o Programa de Integração Social – PIS – contribuição de 1% incidente sobre a folha de pagamentos.

As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, inclusive aqueles decorrentes da contratação de prestadores de serviços, estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

15. Gerenciamento de risco

A seguir o entendimento da administração da exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito; e
- Risco de liquidez.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Associação para cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Associação.

A Administração da Associação tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Associação incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente da conta de Caixa e equivalentes de caixa.

Para o Caixa e equivalentes de caixa a Associação mitiga o risco se relacionando apenas com as principais instituições financeiras do país.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Associação poderia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

A Associação utiliza o monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Buscando manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso as saídas de caixa sobre instrumentos financeiros, monitorando também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre seus ativos junto com as saídas esperadas por de seus passivos.

16. Eventos subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade para entidades sem finalidade de lucros, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.

* * * * *